



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 697/2021/PGE-PCC

Referência: Processo Administrativo n. 0033.167225/2019-86. Pregão Eletrônico n. 149/2020/CEL/SUPEL/RO

Procedência: Comissão Especial de Licitação - CEL/SUPEL

Interessado: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento completo (transporte, manuseio, instalação, montagem, automação e treinamento técnico para operação) de Estação Compacta de Tratamento de Esgotos - ECTE por processo anaeróbio, fase aeróbia e por fim sistema de desinfecção, projetada para tratamento de esgoto sanitário em regime contínuo, localizadas nas dependências de unidades prisionais do estado de Rondônia, que integra esta Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS/RO.

Valor Estimado: R\$ 1.160.100,00 (um milhão, cento e sessenta mil e cem reais)

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo. Atestado de Capacidade Técnica. Acervo Técnico. Demonstração de Vínculo. Conhecimento. Improcedente.

1. **INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de recurso interposto pela licitante **PORTO CONSTRUÇÕES 0019102971** inscrita sob CNPJ nº 07.087.243/0001-58, contra decisão que classificou e habilitou a empresa **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇOES E SANEAMENTO EIRELI para os lotes 01, 02, 03 e 04**, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal n. 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual n. 12.205/06.

2. O presente processo foi encaminhado pelo Pregoeiro para fins de análise e parecer jurídico.

3. Abrigam os autos o Pregão Eletrônico nº 149/2020/CEL/SUPEL/RO.

4. Houve apresentação de contrarrazões pela recorrida 0019172803

2. **ADMISSIBILIDADE**

5. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse recursal, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. **RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA PORTO CONSTRUÇÕES 0019102971**

6. A Recorrente apresentou recurso contra a classificação e habilitação da empresa **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇOES para os lotes 01, 02, 03 e 04**, sob argumento de descumprimento dos requisitos de qualificação técnica (comprovação de vínculo, apresentação de certidão de acervo técnico e objeto incompatível).

7. Aduz a recorrente que empresa Atibaia Construções não comprovou vínculo no quadro da empresa do Engenheiro Adalberto Braga de Carvalho (engenheiro sanitarista).

8. Acrescenta ainda, que os atestados apresentados pela empresa recorrida não são compatíveis com o objeto pretendido, haja vista que se trata apenas de manutenção de Estação de Esgoto já existente.

9. Por fim, requer a inabilitação da empresa por descumprimento do edital.

4. **DAS CONTRARRAZÕES INTERPOSTO PELA LICITANTE ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇOES E SANEAMENTO EIRELI 0019172803**

10. A Recorrida alega que os argumentos da Recorrente não se sustentam, haja vista que apresentou o contrato de prestação de serviços do Sr. Adalberto Braga de Carvalho, bem como os atestados apresentados para comprovação da sua capacidade técnica estão em consonância com o edital.

11. Destacou ainda, que apresentou amplo acervo documental, tanto da seara pública (atestados emitidos pela SESA, SEJUS, por exemplo), quanto na esfera privada (Condomínio Volpi II, Veredas do Madeira, entre outros) os quais atestam de forma nítida que a empresa, bem como seus profissionais, possuem a *expertise* necessária para a realização dos serviços descritos no Edital, sendo sua habilitação realizada de forma acertada.

12. Por fim, aduz que não está expresso no edital que a capacidade técnica só será comprovada por meio de Certidão de Acervo Técnico.

13. Por fim, reque que não seja provido o Recurso Administrativo interposto pela Recorrente, tendo em vista que seus argumentos não condizem com a realidade consoante aduzido nestas contrarrazões, haja vista que a Recorrida apresentou a melhor proposta para a Administração, bem como comprovou devidamente sua qualificação técnica.

5. **DECISÃO DO PREGOEIRO (0019175823)**

14. Compulsando os autos, a Pregoeira decidiu:

15. Julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **PORTO CONSTRUÇÕES**, mantendo a habilitação e classificação da recorrida **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI**, para os lotes 01, 02, 03 e 04.

6. **PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL**

16. Tratam-se de questionamentos estritamente técnicos, porquanto o recurso interposto baseia-se nas exigências de qualificação técnica.

17. Deste modo, por não se visualizar questões de ordem jurídicas a serem analisadas, remeto os autos ao setor de origem.

18. Em derradeiro, registro que sob o prisma dos procedimentos adotados, tais como prazos para recursos e contrarrazões, bem como contraditório e ampla defesa, não se verificam irregularidades.

7. **CONCLUSÃO**

19. Ante o exposto devolvo os autos, registrando que o procedimento adotado para análise foi regular. Em relação ao mérito do recurso, inexistente ponto jurídico a ser analisado. Assim devolvo os autos para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 19/11/2021, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0019836356** e o código CRC **6FEDBB7D**.